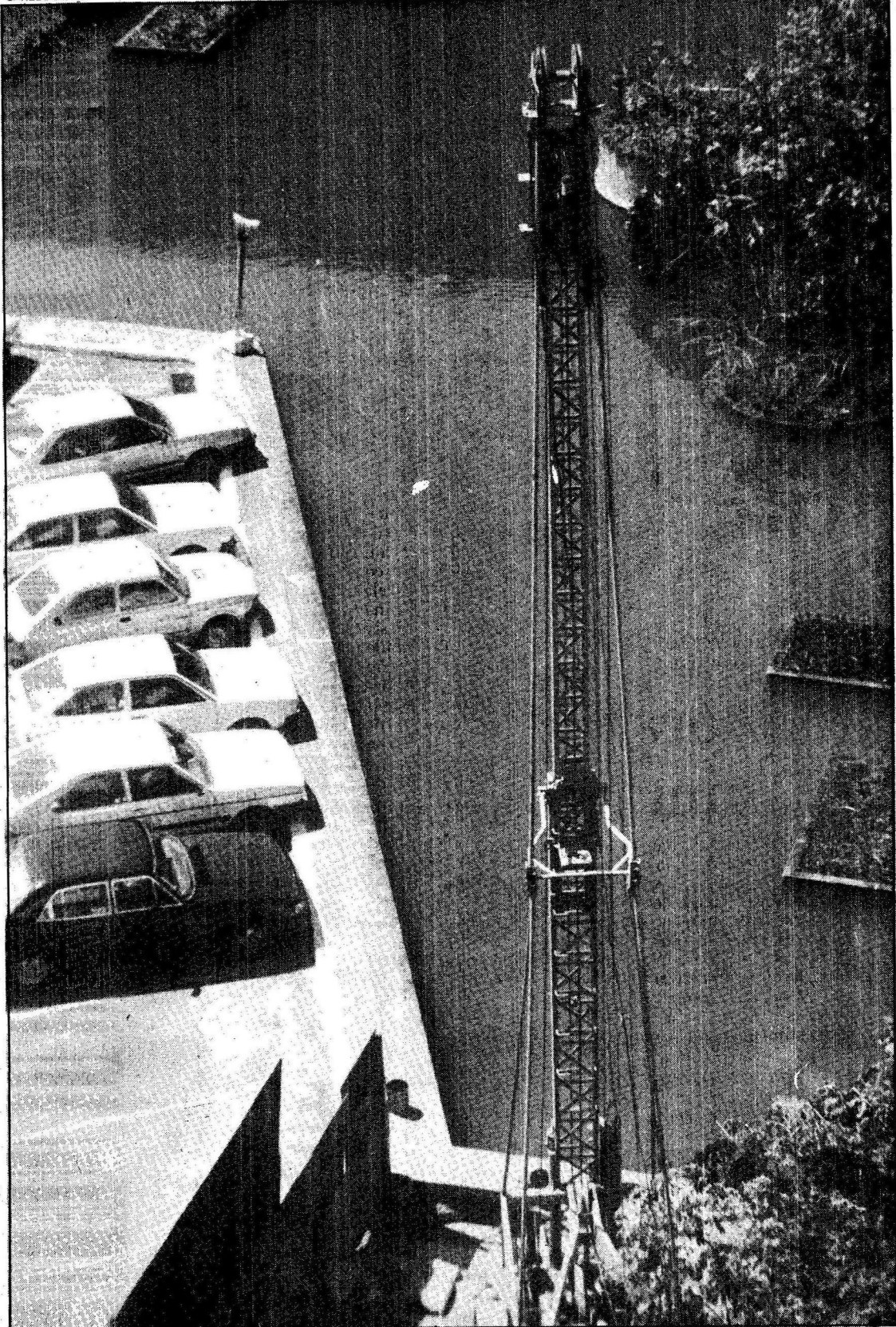


Poço artesiano pode ser taxado

CARLOS SILVA



O dispositivo constitucional pode complicar até a obra de poço artesiano patrocinada pelo Itamarati

ANTONIO CARLOS SILVA

A Caesb deverá sobretaxar as águas provenientes de poços artesianos, o que acarretará mais impostos às indústrias, empresas, hospitais, chácaras, mansões e órgãos públicos. A medida poderá também forçar um desaquecimento no setor de empresas especializadas em perfurações de poços e causar desemprego em massa nessa atividade. Um projeto de lei 43, de autoria do deputado federal Augusto Carvalho (PCB-DF) tramita no Senado e visa disciplinar a utilização das águas subterrâneas, regulamentando o artigo 26 da nova Constituição no DF, em que definiu que as águas subterrâneas passam a ser um bem do Estado, retirando-a do controle da União. Antes mesmo da aprovação, o projeto já conseguiu provocar um dilúvio de protestos nas pessoas ou empresas que mantêm poços artesianos.

"Vamos acender várias velas para que o projeto seja aprovado. Quem tem poço artesiano pagará uso d'água", entusiasmou o presidente da Caesb, Ulisses Assad. "Este filme já assisti antes", declarou Mauro Maia, gerente, em Brasília, da Hidropolos Ltda, com matriz em Belo Horizonte. "Irá diminuir a manutenção porque, não havendo poços, não haverá obras", admitiu Sebastião Campos, que tem firma especializada em manutenção de poços e bombas, no Núcleo Bandeirantes. "Se diminuir o comércio fecho a empresa e vou pescar ou plantar batatas", prevê Djalma Lopes, proprietário da BSB-Bombas Submersas Brasília.

A exposição de motivos apresentada pelo deputado Augusto Carvalho diz que "em Brasília não chove durante grande parte do ano e os cursos de água super-

ficiais são perenes. Deve-se às águas das chuvas que se infiltram através das áreas de recargas e mantêm depósitos subterrâneos que asseguram a perenidade dos rios". Explica ainda que "a grande parte das áreas contíguas ao Plano Piloto é composta de chapadas que são ecossistemas extremamente frágeis e em que uma pequena ação predatória do ser humano causa grande desequilíbrio. Exemplos: deslizamento de terra em Ceilândia, Gama e Samambaia por problemas graves no uso das chapadas em função do controle inadequado das águas".

Enquanto velas são acesas para que o projeto de lei seja aprovado, muitos acendem velas ao demônio para que isso não ocorra. O médico José Leal, presidente do Hospital Santa Lúcia, em cujo local tem duas caixas d'água de 150 mil litros cada, e está perfurando um poço, afirma que "é um absurdo porque o Governo não cava poços para manter água. Cavamos não para luxo e sim para ter a água. "Vai encarecer demais as coisas com essa taxa e não teremos como repassar", diz, adiantando que o hospital realiza 50 cirurgias diárias.

Alheio a esse "furacão" artesiano que está por vir, a Hidropolos continua perfurando um poço no Itamarati, cuja água será utilizada na formação da lâmina d'água. "Em quatro meses de uso, a economia de água já terá pago o valor do projeto", garante o Itamarati. No Palácio do Planalto já há movimento no sentido de também perfurar dois poços artesianos nos próximos meses. Segundo cálculos de Djalma Lopes, proprietário da BSB-Bombas Submersas Brasília, há cerca de 1.800 poços artesianos no DF.

O que você precisa saber

- Todo poço de água mineral, isto é, rica em nutrientes, tem que ter registro no DNPM.
- Os poços artesianos não dependem de registros no DNPM
- No Plano Piloto, a água é encontrada numa profundidade que varia de 150 a 200 metros. No Gama, Planaltina ou Ceilândia, a metragem média é de 50 metros.
- O solo no Distrito Federal obedece o seguinte para perfuração: quartezito, ardósia, filito, metasiltito e quartezito de novo onde concentra a água.
- A água do DF tem baixo PH, CO₂ e ferro.
- Os poços variam de quatro a 14 polegadas de largura.
- Cada frango abatido gasta-se 30 litros d'água.

Deputado vê riscos para natureza

O deputado federal Augusto Carvalho (PCB/DF) que, coincidentemente, foi o autor da emenda constitucional que ensejou na nova Constituição o artigo 26, colocando as águas superficiais e subterrâneas como bem do Estado e não da União, como era antes, explica que a retirada indisciplinada de água do subterrâneo, sem controle da capacidade de recuperação dos mananciais de recarga dos aquíferos, poderá trazer sérios riscos ao meio ambiente.

Ele entende que não é possível "separar o ciclo hidrológico, pois as águas subterrâneas, superficiais e meteóricas, são diversos estados da mesma água e precisa de disciplinamento homogêneo". E concluiu: "Se não for adotada medida como organização do uso da água subterrânea, haverá o risco de esgotamento de cursos d'água". Em seu projeto de lei, o artigo 1º diz: "Qualquer instalação de bombas hidráulicas que tenha como fim a utilização de águas subterrâneas dentro da área geográfica do DF deve ter a licença prévia por parte do órgão competente".

Esse "gancho" animou muito o presidente da Caesb, Ulisses Assad. "Estamos acendendo velas e rezando para aprovação do projeto", diz ele, prevendo que poderá utilizar hidrômetros "em todos os poços artesianos do DF". Ele revela também que poderá estudar outros mecanismos para sobretaxar o uso e consumo dessas águas. "Podemos, às vezes, criar uma taxa específica para este fim. Somos totalmente favoráveis ao projeto", arremata.

POÇO ILEGAL

Satisfeito com a possível aprovação do projeto de lei e a consequente regulamentação no DF do

artigo 26 da Constituição, Assad aproveita e dispara um jato d'água contra o Itamarati. "O Ministério das Relações Exteriores é um dos maiores renitentes e maus pagadores à Caesb. Está havendo uma perfuração de um poço artesiano no Itamarati e isto é ilegal. Vamos entrar na Justiça contra a obra que destinará ao abastecimento da lâmina d'água lá existente" (é proibido este tipo de abastecimento na zona Central).

No Itamarati, o assessor Carlos Afonso, da Secretaria de Imprensa, admitiu a obra, alegando que "o poço artesiano vai proporcionar uma economia no consumo d'água no espelho. O projeto é auto-sustentado e, dentro de quatro meses, só a economia do consumo possibilitará o pagamento do investimento". Segundo Mauro Maia, gerente da Hidropolos Ltda, executora da obra, "o custo atualmente chega a NCz\$ 35 mil cada poço (serão dois) e foram orçados em NCz\$ 32 mil os dois, há cinco meses, através de licitação".

Quando à ilegalidade da obra ele afirma: "Sei que é ilegal. Quero ver quem terá coragem de embargar a execução das obras", desafia. Sobre a possível taxa das águas de poços artesianos, admitida pela Caesb, Maia foi cético: "Já vi este filme antes. Isso não virá. Todo ano falamos isso em Belo Horizonte (onde há a matriz)". Mas se o projeto do deputado Carvalho for aprovado, ele antevê uma saída: "Deixaremos de atender o mercado do DF e vamos para a região geoeconômica". A Hidropolos perfura cerca de 10 poços/mês e tem um faturamento de NCz\$ 300 mil.

Quem vai mesmo espernear com a medida, caso seja adotada, é o diretor de produção da Sô Frangos, Haroldo Filho, que

mantém cerca de 30 empresas. Com 60 mil frangos abatidos por dia e 3 milhões e 700 mil aves que bebem água de poços artesianos e um faturamento mensal de 4 milhões de dólares, ele é rápido no gatilho e afirma: "Vamos aumentar o custo repassando-o ao produto final. A água é nossa matéria-prima". Ele prevê que o mercado poderá reagir contrariamente, causando prejuízos. "Quem impõe o preço é o consumidor e não nós. Por isso não sei se o mercado irá suportar este repasse". Suas empresas possuem 25 poços artesianos.

De tanto penar com a falta d'água no Hospital Santa Lúcia e sempre ouvir evasivas da Caesb, o médico José Leal, presidente do grupo, afirma: "Fomos obrigados a cavar um poço artesiano para sanar o problema. Já ocorre de estarmos numa cirurgia e a água acabar e somos obrigados a utilizar soro fisiológico. Isto encarece a cirurgia e não podemos repassar esta despesa. A saída foi um poço artesiano", relata. A obra está a cargo da BSB — Bombas Submersas Brasília, localizada no Núcleo Bandeirante. O hospital tem 250 leitos e realiza 50 cirurgias diárias. O poço custará NCz\$ 40 mil e funcionará paralelamente às duas caixas de 150 mil litros cada, existentes no hospital.

Enquanto se arrasta a polêmica de sobretaxar ou não as águas de poços subterrâneos, o Palácio da Alvorada estuda a viabilização de projetos para, também, entrar no "bloco" dos artesianos. Segundo se apurou, o departamento técnico do Palácio estuda a divulgação de edital para perfurar dois poços artesianos no Alvorada. Ainda não se definiram prazos, mas nos próximos meses deverá sair o edital e posteriormente a licitação da obra.

Proliferação assusta ecólogo

O guru político do deputado Augusto Carvalho (PCB/DF) para assuntos de água na superfície ou subterrâneos é o engenheiro hidráulico Benjamin Sicsu, formado em 1972 pela Escola Politécnica de São Paulo. É dele o dedo da emenda constitucional, que a nova Constituição tem o artigo 26, definindo as águas subterrâneas também pertencentes ao Estado. Também é ele o "pai da matéria" do projeto de lei 43, que dispõe sobre a utilização das águas subterrâneas no DF e que a Caesb, após a transformação em lei, pretende sobretaxar o uso e utilização dessas águas.

Sicsu afirma que nos últimos 18 meses a Caesb vem anunciando a queda no abastecimento de água no DF e, aliado a este fator, a proliferação de loteamentos irregulares (o governo está regularizando todos atualmente), que utilizam poços de água artesianos. Com isso, o número de perfurações saltou em 100 por cento neste período. Atualmente, há 1.800 poços, mas este número pode chegar a 2.500 até o final do ano.

POTENCIAL

Baseado em estudos de mapeamento feitos pela Associação Brasileira de Águas Subterrâneas, ele garante que 97 por cento da água disponível e potável do mundo estão subterrâneas. Como exemplo ele cita que há o rio Aquiferobotucatu, que nasce no subterrâneo do Planalto Central, passa por Uberaba e Uberlândia (MG), Ribeirão Preto (SP) e Londrina (PR), e através de barrancas disposta no rio Paraná (Brasil) ou rio Prata (Argentina). Ele explica que a vazão aquifera do rio subterrâneo, quando passa por Londrina, é maior que a do rio Amazonas.

"Todas estas cidades por onde passa o Botucatu são abastecidas

por suas águas subterrâneas e, nestas, há indústrias de cervejarias, cuja principal exigência é água de ótima qualidade", diz Sicsu. Segundo ele, durante nove meses do ano, normalmente, não chove em Brasília. "Se não chove a água vem de onde?", indaga, respondendo em seguida: "dos subterrâneos".

Sua preocupação se refere ao fato de "puxar" esta água. Ele acredita, baseado em estudos, que puxando esta água subterrânea o aquífero poderá secar. "A emenda visa normatizar o uso da água subterrânea no DF", raciocina. Ele vê nesta regulamentação um efeito sobre os condomínios fechados e fábricas que exploram as águas subterrâneas e "estas não chegam aos mananciais". "Não é justo esse pessoal usar esta água e não pagar uma taxa", observa.

Segundo o engenheiro hidráulico e assessor de política, "muita gente puxa água do rio Descoberto para uso próprio ou irrigação e não paga sequer uma taxa". Benjamin explica porém que o uso das águas de cisternas (puxada em baldes) está fora da lei.

Quem fura os poços

— Hidropolos Ltda, avenida Central, 1.184, Núcleo Bandeirante. Telefone: 552-2727.

— Lapa Poços Artesianos, W-3 Norte, 711, bloco D, nº 39. Telefone 273-6052.

— BSB — Bombas Submersas Brasília, avenida Central 1.315, Núcleo Bandeirante. Telefone: 552-3860.

(*) A perfuração de um poço artesiano com equipamento, dependendo da profundidade, custa de NCz\$ 25 mil a NCz\$ 45 mil.